

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas,  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Eficiência Energética S.A. (CPFL ESCO) submete à apreciação dos Senhores acionistas as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
<b>Circulante</b>						<b>Forneecedores</b>	13	542	2.160	749	2.160
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.818	17.586	14.949	17.596	Encargos de dívidas	14	38	17	38	17
Contas a receber	6	2.521	1.695	2.521	1.695	Empréstimos e financiamentos	14	1.034	687	1.034	687
Tributos a compensar	7	5.421	5.463	5.446	5.463	Impostos, taxas e contribuições	15	352	224	382	224
Arrendamentos	8	19.281	14.400	19.281	14.400	Dividendo e juros sobre capital próprio	16	25.891	15.920	25.891	15.920
Outros créditos	9	3.066	408	3.066	408	Obrigações estimadas com pessoal		360	322	360	322
<b>Total do circulante</b>		<b>45.106</b>	<b>39.551</b>	<b>45.262</b>	<b>39.561</b>	Outras contas a pagar	17	606	489	606	489
<b>Não circulante</b>						<b>Total do circulante</b>		<b>28.223</b>	<b>19.819</b>	<b>29.600</b>	<b>19.819</b>
Coligadas, controladas e controladora		275	—	—	—	<b>Patrimônio líquido</b>					
Arrendamentos	8	50.541	36.713	50.541	36.713	Capital social	20	48.164	48.164	48.164	48.164
Investimentos	10	6	10	—	—	Reserva legal		2.136	1.840	2.136	1.840
Imobilizado	11	3.915	18.421	4.003	18.421	Reserva de retenção de lucros para investimento		7.535	7.535	7.535	7.535
Intangível	12	11	2	286	2	Dividendo e juros sobre capital próprio		3.708	8.500	3.708	8.500
<b>Total do não circulante</b>		<b>54.749</b>	<b>55.146</b>	<b>54.830</b>	<b>55.136</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>61.543</b>	<b>66.038</b>	<b>61.543</b>	<b>66.038</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>99.855</b>	<b>94.697</b>	<b>100.092</b>	<b>94.697</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>99.855</b>	<b>94.697</b>	<b>100.092</b>	<b>94.697</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2014	Capital social	Reserva legal	Reserva Investimento	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Lucros acumulados	Total
<b>Resultado abrangente total</b>	408.164	80	—	1.141	—	409.385
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	35.194	35.194
Mutações internas do patrimônio líquido	—	1.760	—	—	(1.760)	—
Constituição de reserva legal	—	1.760	—	—	(1.760)	—
Transações de capital com os acionistas	(360.000)	—	7.535	7.359	(33.435)	(378.541)
Aprovação da proposta de dividendo e JCP	—	—	—	(1.141)	—	(1.141)
Emissão de Capital	(360.000)	—	—	—	—	(360.000)
Constituição de retenção de lucros para investimento	—	—	7.535	—	(7.535)	—
Dividendo intermediário	—	—	—	—	(8.424)	(8.424)
Juros sobre capital próprio intermediário	—	—	—	—	(7.476)	(7.476)
Juros sobre capital próprio proposto	—	—	—	8.500	(10.000)	(1.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>48.164</b>	<b>1.840</b>	<b>7.535</b>	<b>8.500</b>	<b>—</b>	<b>66.038</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	5.926	5.926
Mutações internas do patrimônio líquido	—	296	—	—	(296)	—
Constituição de reserva legal	—	296	—	—	(296)	—
Transações de capital com os acionistas	—	—	—	(4.792)	(5.629)	(10.421)
Aprovação da proposta de Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(8.500)	—	(8.500)
Juros sobre o capital próprio intermediário	—	—	—	—	(1.730)	(1.730)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto	—	—	—	1.079	(1.270)	(190)
Dividendo adicional proposto	—	—	—	2.629	(2.629)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>48.164</b>	<b>2.136</b>	<b>7.535</b>	<b>3.708</b>	<b>—</b>	<b>61.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Eficiência Energética S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar na (i) prestação de serviços de engenharia, elaboração de projetos, implantação, operação e manutenção de infraestruturas comerciais e industriais, consultoria em geral no mercado de energia, gestão energética especializada em eficiência energética e qualidade de energia; (ii) locação e comercialização de bens necessário à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização; (iii) participação e operação em mercados de comercialização de energia elétrica; (iv) estudo, desenvolvimento, realização e exploração de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas relacionados à energia; e (v) participação no capital social de outras sociedades, em consórcio ou em outras formas de associação. A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora") detém 100% do capital social da Companhia. A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida Antonio Frederico Ozanan, 1.240 - Térreo - Sala 01 - Vila Santana II - Jundiá - SP - Brasil. A CPFL Eficiência Energética S.A. ("CPFL Eficiência Energética" ou "Controladora") detém 100% do capital social da GD Solar S.A.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 20 de março de 2017. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: Nota 8 - Arrendamento; Nota 11 - Imobilizado; Nota 18 - Débitos fiscais diferidos; Nota 21 - Receita operacional líquida; Nota 27 - Instrumentos financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui como ativo financeiro os valores relacionados aos recebíveis de arrendamento mercantil, sendo classificados no grupo de "Empréstimos e recebíveis". Referidos ativos possuem pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente ao valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. **- Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, ou (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 27. **3.2 Base de consolidação. 3.3 Controladas e empreendimentos controlados em conjunto:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e o equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. **- Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Arrendamentos:** No início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado durante o período de arrendamento. Os arrendamentos que contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendadora, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. O imobilizado é depreciado com base na vida útil estimada do ativo ou prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadoras, as contas a receber de arrendatários são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do contrato de arrendamento de modo que seja obtida a taxa efetiva sobre o saldo do investimento/passivo existente. **3.5 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas ocasionadas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente proposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.6 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. **3.7 Redução ao valor recuperável ("Impairment") - Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas por tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado. **- Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo,

líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Para fins de teste de *impairment*, a Administração utiliza o valor em uso. Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. **3.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), o apuramento do dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigatoriedade presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação. **3.10 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes. **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias de natureza tributária, sob provisão de imposto de renda de base tributável de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41. **3.13 Novas normas e interpretações adotadas:** Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016: **a) Alterações ao CPC 26 - Iniciativa de Divulgações:** As alterações ao CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao CPC 26 não causou impactos relevantes sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversos novos pronunciamentos técnicos e alterações aos pronunciamentos técnicos e interpretações foram emitidos pelo CPC e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou os pronunciamentos técnicos novos ou revisados a seguir: **a) CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurados no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos, por características de seus fluxos de caixa contratuais. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. **b) CPC 47 - Receita de contratos com clientes:** O CPC 47 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do cliente; (ii) identificação do elemento de prestação de obrigação; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em sua, pelos novos requerimentos do CPC 47, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. O CPC 47 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que determinar a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos bancários	102	68	233	68
Fundos de Investimento (a)	14.718	17.518	14.718	17.528
<b>Total</b>	<b>14.820</b>	<b>17.586</b>	<b>14.949</b>	<b>17.596</b>

(a) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,4% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Consolidado		Total
	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias > 90 dias	
<b>Circulante</b>			
Parcelamento de débito	—	—	233
Contas a receber	1.874	826	3.386
	<b>1.874</b>	<b>826</b>	<b>3.386</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	(865)
<b>Total</b>			<b>2.521</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):</b> A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:			
<b>Saldo em 31/12/2014</b>			<b>(237)</b>
Provisão constituída			(855)
Baixa de contas a receber provisionadas			548
<b>Saldo em 31/12/2015</b>			<b>(544)</b>
Provisão constituída			(262)
Baixa de contas a receber provisionadas			(39)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>			<b>(865)</b>

**Demonstrações dos Resultados**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Notas			
		Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
<b>Receita operacional líquida</b>	21	38.847	13.911	38.981	13.911
<b>Custo do serviço</b>					
Custo de operação	22	(28.830)	(5.519)</		

